



## Fotojornalismo de capa: um panorama da atividade nos jornais paranaenses durante o regime militar

Fabiana Aline Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** A fotografia surgiu com a função de representar a realidade, tornando-se sinônimo de credibilidade e de verdade. Com este potencial, a imagem fotográfica foi apropriada pela imprensa e passou a ser entendida como um palco de lutas simbólicas e ideológicas pelo poder. Assim, este artigo traça um panorama da atividade fotojornalística nas capas de três periódicos do Paraná, a fim de entender as principais características da atividade, principalmente em relação a editoriais e origem da informação, durante o período de 1969 e 1974, momento que o país vivia sob comando de um governo militar. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo com 40 edições dos jornais *Diários do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. Concepções sobre o fotojornalismo e o regime militar são apropriadas como aporte teórico.

**Palavras-chave:** fotojornalismo; capas; regime militar; Paraná; 1969-1974.

### 1. Introdução

A história do fotojornalismo é, segundo Jorge Pedro Sousa (2000, p.14), uma história de tensões e rupturas, pois trata do aparecimento, da superação e do rompimento de rotinas e convenções profissionais. É uma história de oposições entre a busca da objetividade e a assunção da subjetividade e do ponto de vista, “entre o realismo e outras formas de expressão, entre o matizado e o contraste, entre o valor noticioso e a estética, entre o cultivo da pose e o privilégio concedido ao espontâneo e à ação, entre a foto

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Fotografia pela mesma instituição de ensino. Jornalista e historiadora formada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Docente colaboradora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Unicentro.

única e as várias fotos, entre a estética do horror e outras formas de abordar temas potencialmente chocantes e entre variadíssimos outros fatores”.

É importante entender a história da área, pois a atividade fotojornalística familiariza os receptores dos meios de comunicação com as situações imagetivamente representadas, aproximando-os do que aconteceu. A realização de projetos visuais na imprensa é, de acordo com Pepe Baeza (2001), responsável pela difusão de documentos, de testemunhos, “que abrem os olhos e possibilitam o debate democrático, a saber plural, amplo, e participativo, sobre as questões vitais da esfera política, de questões que pertencem a todos”.<sup>2</sup> (BAEZA, 2001, p.45).

Em um regime político de sistema autoritário, as relações entre a imprensa e o poder governamental se tornam ainda mais interligadas. Assim, a par das concepções acima, este artigo traça um panorama da atividade fotojornalística nas capas de três periódicos do Paraná, com intuito de compreender alguns atributos da atividade, principalmente em relação às principais editorias e origem da informação, se são predominantemente regionais, nacionais ou internacionais. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo com 40 edições dos jornais *Diários do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, os veículos de comunicação impressa mais importantes do Estado entre 1969 e 1974. O recorte temporal se deve ao momento em que os militares da chamada linha dura administravam o Brasil, predominantemente o governo de Emílio Medici.

## **2. A imprensa e o regime militar: a censura**

As historiadoras Ana Luiza Martins e Tania de Luca (2006) afirmam que vários estudos têm insistido na complacência recíproca entre regime e empresas jornalísticas – sobretudo as tidas como “grandes” –, afinal, se os proprietários dos meios de comunicação se opuseram à censura, não se pode garantir que se posicionaram de forma enfática contra os preceitos do regime em si.

---

<sup>2</sup> Tradução livre do original: “que abran los ojos y possibiliten el debate democrático, es decir plural, amplio, y participativo, sobre las cuestiones vitales de la esfera política, es decir, de cuestiones que nos atañen a todos”.

A grande maioria da imprensa submeteu-se à autocensura e foi mesmo além, uma vez que ‘frequentemente os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando *notícias* plantadas pela polícia sobre *fugas* ou *atropelamentos* de presos políticos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*’. (MARTINS; LUCA, 2006, p.110. grifos das autoras).

Maria Aparecida Aquino, por sua vez, frisa que alguns trabalhos que têm a censura como um dos seus aspectos acabaram construindo uma imagem estereotipada da própria censura, da imprensa e do Estado vigentes durante o regime militar. Segundo Aquino (2002, p.515), forjou-se uma imagem com três vieses. O primeiro de que a censura era unilinear e aleatória, feita “ao sabor das circunstâncias e ao gosto do ‘censor de plantão’, sem sujeição a uma lógica historicamente construída no interior do regime autoritário”. O segundo considera o Estado como todo-poderoso, dotado de uma vontade única sem contradições internas ou interesses diferenciados, sendo o “condutor dos destinos da nação, tanto no momento em que recrudescer a repressão, como quando encampa o projeto de ‘distensão’ política, transformado em ‘abertura lenta, gradual e segura’”. O terceiro âmbito tange à imprensa, estigmatizando-a como uma “vítima do algoz censório que atua indivisa na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão”. (AQUINO, 2002, p.515).

A autora sugere que para encontrar explicações para a diversidade de atuações dos mecanismos censórios é preciso levar em conta duas variáveis. A primeira considera que é preciso entender que o Estado não é um ente autonomizado em relação à realidade social. “É sim fruto das conflituosas relações que ocorrem na sociedade civil. Mais ainda, é expressão da correlação de forças sociais, inclusive no interior das camadas dominantes e das contradições oriundas das tensões entre essas mesmas forças.” (AQUINO, 2002, p.530). Conforme Aquino, o regime não ficou inerte a essas contradições. A segunda variável assinala que não se pode considerar o exercício da censura como aleatório, embora se observasse que os censores individualmente foram responsáveis pela diversidade de atuação censória. “Houve lógica na censura prévia e ela foi sensível às diferenças dos órgãos de divulgação que vetou, atacando com precisão o ponto em que cada um deles seria considerado mais perigoso na óptica governamental.” (AQUINO, 2002, p.531).

Desta forma, Aquino (1999) alerta que são muitas e variadas as formas de atuação da censura na imprensa escrita. Existe um tipo que se exerce internamente e por ser denominado como empresarial, pois é fruto de pressões econômicas, às quais os órgãos de imprensa cedem devido à parcela significativa de suas receitas serem oriundas da publicidade. Tanto proprietários quanto anunciantes podem se sentir incomodados com a divulgação de determinadas notícias, interferindo na veiculação da informação. “Esse tipo de censura, entretanto, independe do contexto histórico, sendo inerente à estrutura de uma empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões.” (AQUINO, 1999, p.222).

Outro tipo de censura, que vigora em um momento histórico preciso e determinado, atua, conforme Aquino, de forma externa em relação às redações dos periódicos: “trata-se de censura política, exercida pelo Estado que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado”. (AQUINO, 1999, p.222). A censura política à imprensa escrita no Brasil agiu de duas formas: por meio de bilhetes e telefonemas, anônimos ou não, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de comunicação; e por meio da censura prévia, com censores (na maioria, policiais) revisando todo o material a ser divulgado. Para a historiadora, esses acordos têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não ser publicado e sua aceitação implica na contrapartida da autocensura. Aquino (1999, p.222) frisa que a autocensura diz respeito à aceitação, “por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicitado de onde vinha exatamente a ordem”. A autora completa que a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção da empresa jornalística.

Segundo Bernardo Kucinski (2002), tanto a censura prévia como o confisco de uma edição já impressa provocariam grandes prejuízos aos órgãos de comunicação. Assim, para ele, parte de imprensa encontrou na autocensura a solução para este problema.

Antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiosincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário de informações. Esse e-

xercício generalizado da autocensura, estimulado por atos isolados de censura exógena *manu militari*, determinou o padrão de controle da informação durante dezessete anos do regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia e os sucessivos expurgos de jornalistas, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura. (KUCINSKI, 2002, p.536).

Não se pode esquecer de que, para a viabilização do projeto ditatorial, foi preciso uma complexa e ampla máquina de repressão política, eufemisticamente denominada “comunidade de informação”, encabeçada e centralizada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Desde o início, visava-se impedir e desarticular qualquer manifestação de oposição ao regime, tendo como alvo principal as organizações de esquerda. Instrumentos reguladores, como a Lei de Imprensa, classificações etárias e proibições de “atentado à moral e aos bons costumes” possibilitaram a existência de mecanismos censórios – que contavam ainda com o benefício da legitimação que largas parcelas da população concediam, considerando-os “naturais”. Assim, a censura exercida sobre a imprensa estaria inserida no projeto dos militares.

Segundo Paolo Marconi (1980, p.46), os jornalistas brasileiros, sem qualquer incentivo de resistência por parte dos donos dos órgãos de imprensa, pouco podiam fazer, logo poucos se empenharam publicamente na luta contra a censura. A maioria dos veículos se acomodou, “preferindo conviver pacificamente com a censura, para evidente prejuízo de seus leitores, ouvintes e telespectadores. Outros tiveram de fechar, à espera de tempos de menor intolerância”. (MARCONI, 1980, p.98-99).

### **3. Os jornais paranaenses nos anos 1960 e 1970**

Na década de 1960 e 1970, o Paraná vivia, assim como outros Estados, sob a tutela dos mandos do regime militar e seus governantes faziam parte da sustentação do sistema político vigente. Neste momento, os governadores mantinham um discurso oficial pela “modernização” e construíam uma imagem pública de homens comprometidos com o progresso e desligados das administrações anteriores. Os elementos presentes nos discursos dos governistas podem ser perceptíveis nos jornais da época, como *Diário do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, afinal, segundo Daniel Trevisan Samways (2009), no Paraná, políticos de renome possuíam ligações com a imprensa não

apenas pelo fato de concederem empréstimos por meio de bancos estatais, mas por serem donos ou acionistas de grandes jornais.

A *Gazeta do Povo*, por exemplo, foi fundada em 3 de fevereiro de 1919 em meio a campanhas eleitorais. Surgiu na época da candidatura de Rui Barbosa e, junto com os intelectuais do período, apoiou no Paraná a sua candidatura. Primeiramente, a *Gazeta* se tornou um grande jornal da capital e da região metropolitana para depois de um forte trabalho de interiorização se estender aos outros municípios paranaenses.

Por outro lado, *O Estado do Paraná* foi criado, em julho de 1951, com a proposta de dotar o Paraná de um jornal realmente estadual, tanto em circulação como em cobertura jornalística, fortalecendo a imprensa paranaense e proporcionando possíveis instrumentos de opinião. *O Estado* teria surgido sem filiação política específica, mas com o intuito de dar sustentação política ao então governador Munhoz da Rocha.

Já o *Diário do Paraná*, fundado em 29 de março de 1955, cumpria a intenção de estender a atuação dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, no Estado. Para tanto, o empresário contou com a parceria da família Stresser, especialmente do Adherbal Stresser. Durante a década de 1970, com a decadência do grupo de Chateaubriand, o periódico passou a ter dificuldades para se manter na concorrência local.

Antes porém, em 1968, em uma entrevista a estudantes de Biblioteconomia e Documentação, Osvaldo Pilotto afirmou que a *Gazeta* e *O Estado* eram os únicos jornais paranaenses que poderiam concorrer – e manter o padrão parecido – com o do *Diário do Paraná*, mantido pelo grupo dos *Diários Associados*, pois também se organizaram administrativamente como empresas.

Hoje temos ‘Diário do Paraná’, ‘A Gazeta do Povo’, ‘O Estado do Paraná’, com instalações magníficas, porque não quiseram (*sic*) sofrer a concorrência do ‘Diário do Paraná’, que era mantido por Assis Chateaubriand, portanto, com muito dinheiro; trataram de organizar-se em empresas, que pudessem manter o jornal nos moldes do ‘Diário do Paraná’.

Daí para cá, com o advento da criação da profissão de jornalista, os jornais se transformaram em empresas, que dirigem órgãos, a cujo serviço estão profissionais classificados como jornalistas.

Sem desprezar (*sic*) os outros jornais, podemos considerar os jornais ‘A Gazeta do Povo’, ‘Diário do Paraná’ e ‘O Estado do Paraná’, cada um na sua linha de conduta, como os melhores jornais impressos no Paraná. (VIDAL; KRARMER; BLEGGI; CAPRIGLIANE; HOLELEL, 1968, s/p).

Luiz Fernando de Queiroz, em uma reportagem sobre os 116 anos da imprensa paranaense, publicado pelo *Diário do Paraná*, em 29 de março de 1970, declara que a história da imprensa no Brasil é semelhante a no Paraná. “Ambas nasceram sob o ‘signo do oficialismo’.” (QUEIROZ, 1970, s./p.). Para o jornalista, a partir de meados dos anos 1950, a imprensa paranaense ganhou aspectos mais modernos e caráter empresarial, devido à transferência de técnicos e jornalistas de São Paulo para Curitiba, deixando os jornais da capital paranaense à altura dos periódicos paulistas e cariocas.

#### **4. Fotojornalismo e a industrialização da atividade**

Antes de dar continuidade à proposta deste trabalho, faz-se necessário, frente à quantidade de definições que cercam o fotojornalismo, esclarecer qual será apropriada neste artigo. Acredita-se que a concepção de Baeza seja a mais adequada, uma vez que designa indistintamente uma função profissional desenvolvida na imprensa e um tipo de imagem canalizada pelos meios de comunicação, representando a fotografia mediática mais reconhecida e consolidada. “A imagem fotojornalística é, dentre as produzidas ou adquiridas pela imprensa como conteúdos editoriais próprios, a que se vincula a valores de informação, atualidade e notícia”<sup>3</sup> (BAEZA, 2001, p.32); é também a que compila feitos de relevância desde uma perspectiva social, política e econômica, assimiláveis pelas classificações habituais da imprensa por meio de suas editorias.

Devido à importância informativa das imagens do fotojornalismo, informar se tornou o valor primeiro da atividade. Assim a fotografia na imprensa é predominantemente, de acordo com Sousa (1998, p.94), “uma fotografia legível e decifrável, com um alto grau de figuração, mas que, ao elaborar significações, dramatiza e conota o real”. O autor frisa que quando se fala em fotojornalismo fala-se, usual e incompletamente, de imagens de acontecimentos ou problemáticas de “interesse jornalístico” (“interesse público”), mesmo que não reguladas pelos critérios dominantes de noticiabilidade. Para isto, a fotografia segue o caminho da retórica da “objetividade” e que se traduz, principalmente, no realismo e na ênfase da imagem fotográfica.

---

<sup>3</sup> Tradução livre do original: “La imagen periodística es, de entre las producidas o adquiridas por la prensa como contenidos editoriales propios, la que se vincula a valores de información, actualidad y noticia”.

Sousa pondera que os meios de comunicação social influenciam a percepção e a cultura do receptor de tal forma que, sem os *media*, provavelmente as pessoas enfrentariam o vazio e o desconhecido, mesmo que os grupos humanos continuassem a coexistir. Assim, quando difundidas pelos *news media*, as fotografias “ganham uma força inaudita, pois aliam disseminação massiva ao potencial de credibilidade-verdade que os meios de comunicação jornalísticos lhes emprestaram e à dramaturgia que encerram. Além disso, para o senso-comum ver é crer: a foto simboliza a verdade”. (SOUSA, 1998, p.51). Os observadores tendem a conotar a fotografia de imprensa como uma evidência que pode não o ser, pois, sendo informação, importa saber de que tipo é a informação que a fotografia jornalística traz. O autor destaca, no entanto, que ela não é “objetiva” e sim parte de uma espécie de “denotação contaminada” que faz a imagem fotográfica conotar, ativar a reserva de signos do observador. Pode-se, assim, tornar o fotojornalismo um dos palcos para a luta simbólica e ideológica pelo poder.

No que tange à história do fotojornalismo no Brasil, Oswaldo Munteal e Larissa Grandi (2005, p.115) frisam o surgimento de revistas e jornais que, nos anos 1960, deram espaço às imagens jornalísticas como componentes fundamentais na sua concepção da notícia. As reformas na imprensa nacional, que começaram ainda na década anterior, consolidaram inovações importantes para a fotografia, “com a criação da primeira editoria de fotografia, em que a responsabilidade da seleção das páginas cabia ao editor, e não ao diagramador apenas”. Com isso, a imagem jornalística passou a ser valorizada, sobretudo, na primeira e última página, demonstrando uma preocupação com o lado humano dos acontecimentos e tornando comum a utilização das páginas gráficas, com pouco texto e legendas de suporte.

Na década de 1970, especificamente, a atividade fotojornalística no que foi considerada por muitos como a “era de ouro do fotojornalismo brasileiro”. Segundo Munteal e Grandi (2005, 138), o trabalho dos fotógrafos durante este momento do regime militar representou o respiradouro dos veículos de imprensa, pois trazia “aos leitores imagens de um engajamento que não era possível ser percebido nos textos mutilados pela censura”. Isto se dá pelo fato de o período ser caracterizado pelo governo de militares da chamada linha dura, em especial Arthur Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Medici

(1969-1974), sendo o momento mais repressivo do regime militar instaurado no país em 1964.

Sousa arrola alguns traços característicos desse momento em nível mundial, considerando-o a segunda revolução do fotojornalismo. Entre eles se destacou o aumento da prática de aquisição de fotografias tomadas por amadores e, sobretudo, pelas agências fotográficas, que se fortaleciam e ampliavam seu leque de trabalho mundialmente. A fotografia entrou nos museus, no mercado das artes e no ensino superior, aumentando o interesse pelo seu estudo teórico. A televisão passou a influenciar o fotojornalismo e, a partir dos anos 1970, evidenciou-se uma produção fotojornalística com características industriais, levando à diminuição do *freelancing*, à estabilização dos *staffs* de fotojornalistas nas empresas e à maior convencionalização e rotinização da atividade. (SOUSA, 2000, p.152-156).

Tratando especificamente das agências fotográficas, Sousa afirma que estas ganharam grande impulso de meados dos anos 1930 aos 1940, tornando-se uma das principais fontes de fotografia para a imprensa. O período pós-guerra, contudo, assistiu a uma crescente industrialização e massificação da produção fotojornalística.

E se por um lado a fotografia jornalística e documental vai encontrar novas e mais profundas formas de expressão, devido aos debates em curso e a novos *autores*, por outro lado a rotinização e convencionalização do trabalho fotojornalístico dentro do contexto da indústria cultural, de que as agências de notícias se tornaram expoentes, também originou uma certa banalização do produto fotojornalístico e produção 'em série' de fotos de *fait-divers*, que pouco mais permitem ao observador do que ver e surpreender-se. (SOUSA, 2002, p.124. grifos do autor).

De acordo com Sousa, os clientes dos serviços fotográficos das agências noticiosas ansiavam principalmente por uma imagem nítida e clara por assunto. Crimes, conflitos, desastres, acidentes, atos de figuras públicas, cerimônias e esportes eram os temas mais solicitados. Assim, Sousa (2002, p.126) aponta que as agências se especializaram em satisfazer as necessidades dos diários, acentuando um caráter de velocidade de atualidade do fotojornalismo, “tornando-se, cada vez mais, um critério de valor-notícia”. Para o autor, a fundação das agências e do serviço fotográfico foi um dos fatores que

“promoveu a transnacionalização/transaculturação da *foto-press* e o esbatimento das suas diferenças intrínsecas”.

## **5. A cobertura fotojornalística nas capas de jornais do Paraná**

Com o fortalecimento das agências de notícias internacionais, a exploração de imagens jornalísticas de acontecimentos de outros países foi sendo ampliada no Brasil, principalmente nas primeiras páginas dos diários. Mário Erbolato (2003, p.230) afirma que o noticiário internacional consegue destaque por quatro motivos. Primeiro porque, sendo fornecido por agências e cobrindo o que de mais importante acontece mundialmente, dispensa a manutenção de correspondentes. O segundo se refere ao custo que é relativamente baixo se considerado a quantidade de conteúdo disponibilizado diariamente. Como terceiro motivo o autor aponta que muitas notícias de fora do Brasil interessam ao público do país. Para finalizar, a quarta explicação se dá pela existência de muitos estrangeiros em busca de informações de suas terras de origem.

Além destas justificativas, Erbolato (2003, p.17) argumenta que, por vezes, as pessoas se interessam mais facilmente pelo que se passa em nações distantes, permanecendo alheias ao que acontece em sua cidade e nas suas vizinhanças, uma vez que os meios de comunicação de massa, “com a tendência ou simples ambição de se tornarem regionais ou nacionais, vão abandonando as informações locais, por considerá-las sem interesse para a maioria, e passam a difundir as que se referem a lugares longínquos”.

Esses apontamentos sobre a utilização de conteúdos externos ao Brasil, em especial de fotografias nas capas, podem ser percebidos nos jornais *Diário do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* entre 1969 e 1974. O estudo das capas se mostra interessante uma vez que no período em questão uma parte considerável da produção imagética era destinada às primeiras páginas, soma-se ainda o fato de a “melhor” fotografia sempre ser reservada para a utilização neste espaço. Referente a isto, Fabiana Alves (2012, p.101) pondera que, no ano de 1968, mais de 20% das fotografias jornalísticas publicadas pelos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* estavam na capa. Destas, mais de 80% das imagens podem ser consideradas como fotojornalismo conforme a concepção de Baeza, “demonstrando a preferência por este tipo de imagem nas capas –

provavelmente por acreditar que elas sejam mais informativas e atraiam a atenção do consumidor”.

Além disso, a pesquisadora aponta que, em um ano de publicação – em 1968 –, 72% das fotografias publicadas na *Gazeta* foram de temas de cunho internacional, sendo apenas 9% de imagens referentes à esfera nacional e 19% à regional, que se reportam às cidades do Estado e à cidade de Curitiba. Por sua vez, *O Estado* trouxe 64% de fotografias de fora do país, somente 4% de temas nacionais e 32% de regionais. A par desta discrepância, despontou o interesse em investigar o panorama da atividade fotojornalística em jornais do Paraná a fim de entender se a preferência por materiais externos ao Brasil se manteria nos anos seguintes. Por conta da quantidade de páginas que seriam necessárias para a feitura da análise e devido à primeira página ser o espaço mais privilegiado para a fotografia, a pesquisa se centrou, em um primeiro momento, apenas nas capas.

Este artigo se refere a uma pesquisa em fase inicial, portanto com um corpus de análise ainda restrito<sup>4</sup>. Porém, já é possível apresentar algumas considerações sobre a utilização de fotografias nas capas dos jornais em questão. Ambos os periódicos tinham, entre 1969 e 1974, o formato *standart* e eram impressos em preto e branco. O *Diário* apresentou, em média, quatro imagens por capa; já a *Gazeta* foi a que menos utilizou este elemento, com uma média de 2,3 e *O Estado*, veículo que mais explorou este potencial, tem média de 5,1 imagens por primeira página (Tabela 1).

Tabela 1: Média de fotografias por capa entre 1969 e 1974

	Média	Internacional	Nacional	Regional
<b>Diário do Paraná</b>	<b>4</b>	1,1	0,4	2,4
<b>Gazeta do Povo</b>	<b>2,3</b>	1	0,5	0,9
<b>O Estado do Paraná</b>	<b>5,1</b>	2	0,7	2,4

Elaborado pela autora

---

<sup>4</sup> Este artigo trata de um primeiro contato com os jornais citados e apresenta uma análise de conteúdo que englobou somente 40 exemplares, selecionados aleatoriamente nos anos em questão. Logo, os dados apresentados a seguir não podem ser considerados exatos. Como a pesquisa faz parte do projeto *A atividade fotojornalística da imprensa paranaense durante o regime militar (década de 1970)*, vinculado à Unicentro, e que ainda está em andamento, novos estudos serão feitos para validar as concepções aqui reportadas e apontar novas considerações.

Das fotografias veiculadas pelos jornais nas capas, no *Diário* e na *Gazeta* cerca de uma imagem era de temática internacional, já *O Estado* apresenta, em média, duas deste assunto. Vale ressaltar que as fotografias regionais têm, em geral, uma participação maior nas capas do que as outras localidades, com 2,4 inserções no *Diário* e no *O Estado* e menos de uma na *Gazeta*. No entanto, o que chama atenção é a pouca veiculação de imagens de cunho nacional, com uma média menor a uma fotografia de primeira página (vide tabela 1).

As formas de utilização de fotografias jornalísticas nas capas podem ser melhor entendidas quando observadas anualmente, possibilitando a percepção de como as principais características foram sendo formadas (Tabela 2). Retomando ao *Diário do Paraná*, nota-se que as imagens de cunho regional foram 61,4% das publicadas nas primeiras páginas entre os anos de 1969 e 1974, sendo superior aos assuntos de outras localidades que lograram 10,2% em âmbito nacional e 28,3% de origem internacional. A atividade fotojornalística do *O Estado Paraná* se comporta de forma parecida, tendo as imagens regionais conquistado 46,6% das publicadas, seguidas pelas internacionais, com 39,3% e as nacionais, 14,1%. A liderança das fotografias de Curitiba e do Paraná é evidente, apesar de no *O Estado* a diferença do primeiro para o segundo ser consideravelmente menor, demonstrando uma certa equidade. Porém, constata-se, nos dois periódicos, um número pequeno de imagens sobre os acontecimentos brasileiros, equivalendo a um pouco mais de um terço das que abordavam fatos externos.

O jornal *Gazeta do Povo* é o que exhibe um perfil um pouco distinto dentre os três estudados, apresentando uma proximidade maior entre dados coletados. O diário veiculou 42,7% das suas fotografias de primeira página de temas internacionais, 20% de nacionais e 37,3% de regionais. Desta forma, pode-se pensar, devido à margem de erro, que o veículo destina o espaço imagético para notícias das proximidades de seu leitor como para as mais distantes de forma igualitária, corroborando com a ideia de que se tratava de um periódico com uma cobertura mais ampla. Fomenta esta concepção a quantidade de fotografias de alcance nacional, dos três jornais é o que mais dá atenção aos temas brasileiros, mesmo ainda apresentando uma diferença considerável em relação ao “segundo colocado”, que teve quase o dobro de inserções (20% de nacional contra 37,3% de regional).

Tabela 2: Distribuição de fotografias de capa por temáticas internacionais, nacionais e regionais  
(em porcentagem – %)

Diário do Paraná							
Local/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974*	Média
<b>Internacional</b>	21,2	57,1	12,5	42,9	31,3	5	<b>28,3</b>
<b>Nacional</b>	6,1	4,8	12,5	9,5	6,3	25	<b>10,2</b>
<b>Regional</b>	72,7	38,1	75	47,6	62,5	70	<b>61,4</b>
Gazeta do Povo							
Local/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974*	Média
<b>Internacional</b>	50	64,3	30	44,4	36,4	23,1	<b>42,7</b>
<b>Nacional</b>	27,8	14,3	0**	22,2	9,1	38,5	<b>20</b>
<b>Regional</b>	22,2	21,4	70	33,3	54,5	38,5	<b>37,3</b>
O Estado do Paraná							
Local/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974*	Média
<b>Internacional</b>	50	36	39,1	28,6	57,7	29,2	<b>39,3</b>
<b>Nacional</b>	15,9	16	17,4	4,8	0**	29,2	<b>14,1</b>
<b>Regional</b>	34,1	48	43,5	66,7	42,3	41,7	<b>46,6</b>

\* Os dados referentes a este ano não são exatos, uma vez que a pesquisa se centrou nos primeiros meses, momento de efervescência nas discussões em torno da eleição para a presidência.  
\*\* Este número não é exato e se deve à amostragem aleatória de edições para análise; dificilmente os jornais passaram um ano sem noticiar temas de cunho nacional.

*Elaborado pela autora*

A pouca exploração de fatos concernentes ao Brasil, deixa a dúvida se isto era parte da linha editorial dos veículos ou reflexo do momento de cerceamento vivido pelo país. Para tentar entender melhor este problema, elencaram-se as principais temáticas veiculadas nas capas dos diários estudados. As imagens foram separadas em seis editorias, conforme propõe Alves (2012): política, cultura/comportamento, educação, economia, cidade/cotidiano e esportes<sup>5</sup> (Tabela 3).

Mais uma vez, os perfis do *Diário* e do *O Estado* se assemelham. A editoria com mais fotografias publicadas na capa é a de cidade/cotidiano, com 57% e 51,2% respectivamente; seguida por política com 25,8% e 34,8% e esportes, 7,8% e 7,3%. Cultura/comportamento logrou 6,3% das inserções no *Diário* e 4,3%, no *O Estado*; já eco-

<sup>5</sup> “Resumidamente, na editoria de política foram enquadrados os temas sobre a administração pública, eleições, governos e suas ações – decretos e conquistas, por exemplo. Está incluso nesta temática as notícias sobre manifestações contra ou em prol de atitudes governamentais, pois o cerne da informação é a questão política. Na cultura, os assuntos envolvem teatro, festivais, manifestações culturais populares e literatura. Já à educação cabe vestibulares, instituições de ensino e cursos das mais diversas áreas – a não ser cursos muito específicos que, ocasionalmente, poderiam ser classificados em outra editoria. A categoria economia agrega notícias sobre a inflação, consumo, alta e baixa de preços, moedas, índices econômicos e questões financeiras – como crises, cotação de bolsas de valor, entre outros. Cidade/cotidiano era a temática mais abrangente, abrigava desde questões relativas à segurança e acontecimentos, passando por religião e saúde. Tratava-se de temas discutidos no dia a dia dos leitores, as notícias mais fatuais. Esporte se reporta ao noticiário esportivo – na época, especialmente ao futebol.” (ALVES, 2012, p.71).

nomia 3,1% e 1,8% respectivamente. Nos dois jornais, a temática de educação foi muito pouco explorada, não atingindo 1%.

*Tabela 3: Distribuição das fotografias de capa por editoria (em porcentagem - %)*

<b>Diário do Paraná</b>							
Editoria/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Média
Política	15,2	47,6	18,8	28,6	29,4	20	<b>25,8</b>
Cultura/Comportamento	6,1	9,5	6,3	0*	0*	15	<b>6,3</b>
Educação	0*	0*	0*	0*	0*	0*	<b>0</b>
Economia	3	0*	0*	0*	5,9	10	<b>3,1</b>
Cidade/Cotidiano	69,7	38,1	62,5	57,1	58,8	50	<b>57</b>
Esporte	6,1	4,8	12,5	14,3	5,9	5	<b>7,8</b>
<b>Gazeta do Povo</b>							
Editoria/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Média
Política	55,6	61,5	10	55,6	54,5	69,2	<b>52,7</b>
Cultura/Comportamento	0*	7,7	0*	0*	0*	7,7	<b>2,7</b>
Educação	0*	0*	10	0*	0*	0*	<b>1,4</b>
Economia	5,6	7,7	0*	0*	0*	0*	<b>2,7</b>
Cidade/Cotidiano	38,9	23,1	70	22,2	45,5	23,1	<b>36,5</b>
Esporte	0*	0*	10	22,2	0*	0*	<b>4,1</b>
<b>O Estado do Paraná</b>							
Editoria/Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Média
Política	42,2	32	34,8	23,8	38,5	29,2	<b>34,8</b>
Cultura/Comportamento	2,2	4	0*	4,8	7,7	8,3	<b>4,3</b>
Educação	0*	0*	4,3	0*	0*	0*	<b>0,6</b>
Economia	0*	0*	0*	0*	3,8	8,3	<b>1,8</b>
Cidade/Cotidiano	53,3	48	52,2	57,1	46,2	50	<b>51,2</b>
Esporte	2,2	16	8,7	14,3	3,8	4,2	<b>7,3</b>

\* Este número não é exato e se deve à amostragem aleatória de edições para análise; dificilmente os jornais passaram um ano sem noticiar tais temas nas capas.

*Elaborado pela autora*

A *Gazeta*, por seu lado, apresenta um viés mais político nas suas capas com 52,7% das fotografias publicadas. Com 36,5%, a editoria de cidade/cotidiano foi a segunda com mais espaço imagético no diário, restando pouco mais de 10% para as outras temáticas (esporte, 4,1%; cultura/comportamento e economia, 2,7%; e educação com 1,4%). Assim, o jornal demonstra uma variação de assuntos na primeira página menor do que os concorrentes, contudo nos três as fotografias giram em torno das discussões

políticas e do dia a dia dos leitores, ocorrendo uma variedade pequena de temas nas capas.

Para ilustrar esses apontamentos, foram selecionadas as capas da edição do dia 15 de março de 1970 com intuito de demonstrar algumas das principais formas de utilização de fotografias nas primeiras páginas dos jornais paranaenses. Naquele dia, a manchete do dia tratava da “troca” do cônsul-geral do Japão em São Paulo, Ministro Nobuo Ozuchi, sequestrado por militantes da luta armada, por cinco presos e seus filhos menores, bem como pela garantia de asilo no México. Nos três jornais, o assunto é a manchete do dia, porém tanto a *Gazeta* quanto *O Estado* não a complementam com fotografia. O primeiro trouxe três imagens, uma da VI Exposição Feira; uma de um acidente de ônibus no México e outra sobre a morte de um jornalista boliviano (Figura 2). *O Estado*, por sua vez, veicula quatro imagens de capa: uma do acidente envolvendo um ônibus no México, outra sobre a visita do príncipe do Camboja a Moscou; uma feira do sexo que acontecia na Dinamarca; e uma sobre a inauguração exposição que acontecia na cidade, enfocando o governador Paulo Pimentel (Figura 3).

Figura 1: Capa Diário



Fonte: Diário do Paraná,  
15/03/1970, ano XV, n.4.400

Figura 2: Capa Gazeta



Fonte: Gazeta do Povo,  
15/03/1970, ano 51, n.15.499

Figura 3: Capa O Estado



Fonte: O Estado do Paraná,  
15/03/1970, ano XIX, n.5.624

O *Diário* foi o único que publicou imagens referentes à libertação dos presos políticos, com os retratos de dois exilados. Apresentou ainda uma fotografia de uma advogada cega que não conseguia emprego, uma da representante brasileira em um festival de música no México e a visita do interventor de Santos à exposição curitibana (Figura

1). Percebe-se que nas três capas há imagens de cunho internacional e regional, porém apenas uma veicula fotografias de um assunto de grande repercussão nacional.

## 6. Considerações finais

Apesar de se tratar de uma pesquisa ainda embrionária, é possível perceber algumas características do fotojornalismo de capa de alguns jornais de Curitiba. A abordagem das imagens jornalísticas de *Diário do Paraná* e *O Estado do Paraná* é parecida, desde a quantidade de inserções na primeira página, em média quatro ou cinco, até a distribuição entre editoriais e origem da notícia, se internacional, nacional ou regional. Já a *Gazeta do Povo*, apesar de muitas semelhanças com os concorrentes, utiliza menos fotografias na capa e apresenta um interesse mais político em suas coberturas. Contudo, mesmo demonstrando um grande interesse por imagens internacionais, o jornal foi o que mais publicou notícias imagéticas de assuntos nacionais, em torno de 20%.

A considerável veiculação de fotografias internacionais pode ser entendida, uma vez que desde que a atividade fotojornalística começou no século XIX, os fotógrafos se aventuravam buscando mostrar aos seus leitores o exótico e o diferente. Além disso, a proliferação de agências de notícias que disponibilizavam serviços fotográficos facilitava esse tipo de noticiário. No entanto, a ausência de conteúdo referente aos acontecimentos brasileiros chama a atenção, especialmente pelo momento vivido pelo país. Por quais motivos tais imagens não eram veiculadas por esses periódicos?

Vale lembrar que amparada pela ideia de credível e verdadeira e devido a seu compromisso com a realidade, a fotografia ganhou uma grande força na imprensa como representante do real. Assim, tornou-se palco de lutas simbólicas e ideológicas pelo poder, não podendo ser menosprezada nos interesses de vários grupos. Possivelmente, por isto, durante o regime militar brasileiro, a utilização de imagens jornalísticas necessitava de atenção, pois poderia mostrar ao público mais do que se desejava. Logo, noticiar os fatos nacionais poderia ser complicado para o veículo, para o jornalista e para o empresário em relação à esfera política.

Neste momento da pesquisa, não é possível afirmar a existência de censura institucionalizada na imprensa paranaense. Porém, pode-se pensar em autocensura ou mes-

mo em alguma forma de cesura empresarial, afinal as notícias nacionais têm um espaço consideravelmente menor do que as internacionais, por exemplo, apesar da efervescência na conjuntura política, social e econômica vivida no país. Somado a esta, existem muitas inquietações acerca da atividade fotojornalística na imprensa paranaense neste período histórico, fazendo com que as pesquisas na área continuem almejando entender tais tramas.

## Referências

ALVES, Fabiana. **Fotojornalismo e regime militar**: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968). Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e estado autoritário** (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.513-532.

BAEZA, Pepe. **Por una función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ERBOLATO, Mario. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5ed. São Paulo: Ática, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.533-551.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968-1978). 2.ed. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MUNTEAL, Oswaldo; GRANDI, Larissa. **A imprensa na história do Brasil**: fotojornalismo no século XX. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Desiderata, 2005.

QUEIROZ, Luiz Fernando de. **Imprensa no Paraná**, 116 anos de história. Diário do Paraná, Curitiba, s./p., 29 set. 1970.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Entre a palavra e a ação**: uma análise de *O Debate* e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo performativo**: o serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

VIDAL, Eliana Maria; KRARMER, Herta Beatriz; BLEGGI, Maria do Rocio; CAPRIGLIANE, Marilda; HOLELEL, Suzana Andrade. **A imprensa no Paraná**. 3 out. 1968, manuscrito. Pasta Imprensa do Paraná. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense. [sem referência de página].